



PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE  
2.º GRAU

PARA A DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ata n.º 1

*Ata para definição de Critérios*

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, reuniu o Júri do procedimento concursal para um cargo de direção intermédia de 2.º Grau para a Divisão de Desenvolvimento Social, com vista ao provimento do cargo de direção intermédia para a referida Divisão, conforme deliberação de reunião de Câmara de 08 de abril de 2019, deliberação da Assembleia Municipal de 26 de abril de 2019 e despacho do Presidente da Câmara de 28 de maio de 2019.

O Júri é composto pelo Presidente do júri: Dr. Francisco José Pereira Antunes da Paz, Diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Desporto do Município de Coimbra; Vogais Efetivos: Dr. Mário José Rodrigues Duarte, Chefe da Divisão de Cultura, Turismo e Desporto do Município de Penela, que substituirá o Presidente de Júri nas suas faltas e impedimentos, e Dr.ª Andreia Sofia Marques Lopes dos Santos, Diretora de Departamento de Administração Geral e Finanças, em regime de substituição, do Município de Montemor-o-Velho.

Nos termos do previsto no art.º 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, e que procedeu à adaptação à administração local da lei que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, a presente reunião teve por objetivo proceder ao reconhecimento da caracterização do cargo de direção intermédia de 2.º grau para a Divisão de Desenvolvimento Social e definição dos métodos de seleção e respetivos critérios de apreciação e ponderação dos fatores de avaliação, bem como do sistema de classificação final, incluindo a respetiva fórmula classificativa.

Assim, tendo em conta o conteúdo funcional do lugar posto a concurso e os requisitos legais exigíveis para o exercício do cargo, o Júri deliberou por unanimidade, o seguinte:

1 - De acordo com o previsto no Mapa de Pessoal deste Município, no Regulamento de Organização de Serviços deste Município, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 116, de 19 de junho de 2018 e no art.º 15.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, na sua redação atual, procedeu-se à caracterização do posto de trabalho a concurso:

Cargo de direção intermédia de 2.º grau da Divisão de Desenvolvimento Social, em função da Organização desta Câmara Municipal, em concordância com as competências e atribuições da Divisão constantes da estrutura orgânica dos serviços deste Município aprovada e publicada no Diário da República, 2ª Série, nº 116, de 19 de junho de 2018, conjugado com o disposto no artigo 15º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, sem prejuízo de outras que lhe venham a ser cometidas no âmbito de regulamentação interna dos serviços e, eventualmente, as competências que lhe forem delegadas, nos termos da lei.

**Perfil pretendido:** Posse de licenciatura em Serviço Social, Ciências da Educação, Biblioteca e Documentação, Psicologia ou outras licenciaturas que se mostrem adequadas para exercer as competências da Divisão de Desenvolvimento Social; com capacidade de liderança e gestão de pessoal, visão estratégica, capacidade de planeamento e organização, capacidade decisão, capacidade de orientação para a inovação e mudança, capacidade de análise de informação e sentido crítico, experiência profissional e formação técnica na área e atuação da divisão.

Nos termos do previsto no art.º 20.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro na redação atual, só serão admitidos os candidatos que atualmente sejam trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo e que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura.

2 - Os métodos de seleção a adotar no presente procedimento concursal - avaliação curricular e entrevista pública, terão os seguintes parâmetros de avaliação e ponderação:

#### 1. Avaliação Curricular:

A Avaliação curricular (AC) será ponderada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HA + EPG + EPE + FP}{4}$$

HA = Habilitações Académicas, avalia a titularidade do grau académico, de acordo com a seguinte ponderação:

Doutoramento	20 Valores
Mestrado	19 Valores
Licenciatura	18 Valores

EPG = Experiência Profissional Geral – ponderará o desempenho efetivo de funções, designadamente nas áreas de Serviço Social, Ciências da Educação, Biblioteca e Documentação, Psicologia ou outras que se mostrem adequadas para exercer as competências da Divisão de Desenvolvimento Social, para as quais seja exigível uma Licenciatura (a contagem do tempo de serviço é feita em anos completos, equivalendo 1 ano a 365 dias).

Neste parâmetro, não será considerado o exercício de funções de direção, chefia e coordenação, o qual será contabilizado no item da *Experiência Profissional Específica*:

≥ 12 anos	20 valores;
≥ 8 anos e < 12 anos	18 valores;
≥ 4 anos e < 8 anos	14 valores;
0 a 4 anos	10 valores.

EPE = Experiência Profissional Específica: Ponderará o desempenho efetivo de funções de direção, chefia e coordenação, inseridas nas áreas de Ação Social, Educação, Desporto e Juventude e Cultura e Turismo:

≥ 4 anos	20 valores;
≥ 3 anos e < 4 anos	18 valores;
≥ 2 anos e < 3 anos	16 valores;
≥ 1 ano e < 2 anos	14 valores;
< 1 ano	12 valores;
Sem experiência	10 valores.



*[Handwritten signature]*

FP = Formação profissional - serão apenas consideradas as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessária ao exercício da função em causa. Serão valoradas as ações de formação frequentadas até à data de abertura do presente procedimento e desde que se encontrem devidamente comprovadas através de documento idóneo, até ao limite de 20 valores, de acordo com a aplicação dos seguintes critérios:

- ✓ Por cada ação de formação (com um limite de 4) de duração até 1 dia (considerando que um dia será correspondente a 7 horas) – 1,00 valor;
- ✓ Por cada ação de formação (com um limite de 4) de duração superior a 1 dia – 1,50 valores;
- ✓ Por cada ação de formação (com um limite de 2) de duração igual ou superior a 90 horas – 2,00 valores;
- ✓ Pós – Graduação (com um limite de 2 pós-graduação) – 3,00 valores, por cada.

## 2. Entrevista Pública:

Na entrevista pública pretende o Júri avaliar, numa relação interpessoal e de forma objetiva e sistemática, as aptidões e capacidades profissionais dos candidatos, de acordo com as exigências do cargo a prover, valorando-se cada um dos fatores a seguir identificados, com a pontuação de 0 a 20 valores, resultando a classificação da entrevista pública da média ponderada das pontuações obtidas em cada um dos fatores, de acordo com a seguinte fórmula:

$$EP = (35\% \text{ AMCL}) + (25\% \text{ EFV}) + (40\% \text{ CT})$$

Em que:

EP= Entrevista Pública

AMCL= Atitude, Motivação e Capacidade de Liderança- 35%

EFV= Expressão e Fluência Verbais – 25%

CT= Conhecimentos Técnicos - 40%

A Atitude, Motivação e Capacidade de Liderança, avalia o comportamento do candidato em termos de capacidade de trabalho em equipa, capacidade de gestão de conflitos, apresentação e confiança bem como os motivos de apresentação da

candidatura ao lugar e o interesse do candidato pelas funções, avaliando-se a sua capacidade de liderança, de gestão e motivação de equipas.

A Expressão e Fluências Verbais, avalia a coerência e clareza discursiva, a riqueza vocabular, a capacidade de compreensão e interpretação das questões colocadas e a capacidade e rapidez de raciocínio.

Ao nível dos Conhecimentos Técnicos serão analisados e ponderados os conhecimento práticos e efetivos na coordenação, liderança e gestão de equipas e projetos nas áreas de Ação Social, Educação, Cultura, Desporto e outras, com especial enfoque nos conhecimentos técnicos nas Áreas de Serviço Social, Ciências da Educação, Biblioteca e Documentação, Psicologia ou outras que se mostrem adequadas para exercer as competências da Divisão de Desenvolvimento Social.

A avaliação destes parâmetros será feita da seguinte forma:

- ✓ Manifestamente insuficiente até 5 valores;
- ✓ Insuficiente até 9 valores;
- ✓ Suficiente até 13 valores;
- ✓ Bom até 16 valores;
- ✓ Muito Bom até 18 valores;
- ✓ Excelente até 20 valores;

Esta escala de valores pode ser usada integralmente de 0 a 20 valores, dentro dos intervalos e valores de pontuação máximos definidos para cada menção qualitativa.

### 3. Valoração Final:

A Valoração Final (VF) será expressa pela média ponderada das classificações dos diversos métodos de seleção, efetuada de acordo com a seguinte expressão:

$$VF = AC (40 \%) + EP (60 \%)$$

em que:

VF = Valoração Final;

AC = Avaliação Curricular;

EP= Entrevista Pública;

Em caso de igualdade de classificação, preferirá o candidato que detiver maior número de anos de experiência profissional na administração pública, em carreira para cujo provimento seja exigida licenciatura e se situe na área funcional do cargo a prover.

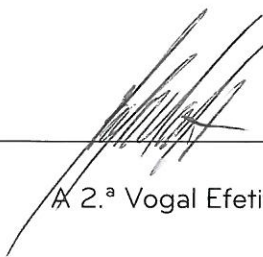
Cada um dos métodos de seleção, bem como cada uma das fases que comportem, é eliminatório, sendo excluído do procedimento o candidato que tenha obtido uma valoração inferior 9,5 valores num dos métodos ou fases, não lhe sendo aplicado o método ou fase seguintes.

E nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, de que se lavrou a presente acta que, depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos elementos do Júri presentes.

O Presidente do Júri,



O 1.º Vogal Efetivo,



A 2.ª Vogal Efetiva,

